

3.1. As empresas de vistoria deverão dispor de "link" que propicie capacidade de comunicação entre a ECV INTERESSADA e o DETRAN-PB.

3.2. As imagens dos veículos deverão receber tarja e resumo assim que capturadas pela ECV INTERESSADA, através de equipamento de coleta que permita o geo posicionamento no momento da coleta.

3.3. Os equipamentos deverão ter capacidade para obter dados da ECV INTERESSADA em quantidade e velocidade compatíveis com o fluxo de veículos.

3.4. Os equipamentos deverão permitir a reprodução, em papel, de dados e imagens capturados pela ECV INTERESSADA.

3.5. Possibilidade de acesso ao "help desk" da ECV INTERESSADA com suporte técnico e operacional ao DETRAN-PB.

4. DESCRIÇÃO DAS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA APLICATIVO INFORMATIZADO INTEGRADO ENTRE ECV INTERESSADA e DETRAN-PB.

4.1. DETECÇÃO DE PRESENÇA

Será necessária a detecção do veículo na área de vistoria, através de equipamento que permita a captura de imagens vinculada ao geo posicionamento do local de coleta, garantindo assim a presença do veículo na ECV INTERESSADA através de dispositivo próprio.

Considera-se área de vistoria o local utilizado para a realização da vistoria no endereço da ECV INTERESSADA registrado no DETRAN-PB ou cliente autorizado para vistoria "in-loco" mediante cadastro prévio.

4.2. CONSULTA À BASE DE DADOS

A consulta remota será realizada após a digitação da placa e do número RENAVAM do veículo.

4.3. CAPTURA IMAGEM

Durante a realização da vistoria serão capturadas as seguintes imagens coloridas, no tamanho e resolução mínimos de 200KB, 1.600x1.024 e 96 dpi:

- panorâmica do veículo (automática);
- da traseira do veículo;
- do lacre traseiro;
- da dianteira do veículo;
- do numeral do motor;
- do numeral do chassi;
- do hodômetro;
- das etiquetas de identificação, com registro de pelo menos uma imagem;
- certificado de registro e licenciamento de veículo (CRLV);
- da Carteira Nacional de Habilitação do condutor do veículo.

Além das imagens elencadas acima, o sistema deverá permitir a captura de imagens adicionais do veículo a critério do vistoriador.

Para as imagens panorâmica, da traseira e dianteira do veículo serão aceitas imagens com resolução mínima de 1.280 x 720.

As imagens deverão conter uma tarja informando local, data e hora, nos termos do item 3.1.3.4. do anexo I desta Portaria.

O conjunto de imagens que compuserem o laudo e que serão encaminhadas ao DETRAN-PB deverão ter tamanho máximo de 200KB.

4.5. ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE DADOS

O armazenamento temporário das imagens e dados visa a garantir a conclusão da vistoria no prazo de duas horas, contadas da consulta à base DETRAN/BIN/DENATRAN.

4.6. IMPRESSÃO DE LAUDOS

A impressão deverá permitir que o laudo seja reproduzido em papel, mantendo a legibilidade apresentada na tela da estação remota de trabalho e a originalidade do arquivo recebido do DETRAN-PB ou disponibilizado via web. Deverá apresentar textos e imagens coloridas com qualidade de impressão de 600dpi em folhas de tamanho A4.

Os laudos deverão obrigatoriamente ser impressos com codificação no padrão QRcode, geo posicionamento no momento da vistoria os dados complementares obrigatórios.

4.7. AUTENTICAÇÃO NO SISTEMA ATRAVÉS DE BIOMETRIA

Tem como objetivo garantir acesso ao sistema eletrônico de vistoria do DETRAN-PB através da verificação da impressão digital dos vistoriadores.

4.8. CADASTRO DE VEÍCULOS VISTORIADOS

É obrigatório o registro de todos os veículos que iniciaram o procedimento de vistoria veicular, inclusive dos que possuam inconformidade - indicando qual(is) é(são) - ou cujo procedimento tenha sido interrompido, qualificando-se a causa da interrupção.

4.9. CADASTRO DE ITENS DE VISTORIA

Função cujo objetivo é o cadastro obrigatório do resultado dos itens verificados durante o processo de vistoria.

5. DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

5.1. CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS

A) REQUISITOS MÍNIMOS PARA O LEITOR BIOMÉTRICO

- área de captura de imagem mínima 12 mm de largura x 16 mm de comprimento;
 - resolução mínima de 500 dpi;
 - 8-bit escala de cinza (256 níveis de cinza);
 - scanner óptico com uso de prisma;
 - rejeição a Imagens latentes;
 - tempo máximo de verificação (1:1) até 2 segundos;
 - captura automática de impressões digitais (sensor de presença de dedo);
 - compatível com USB versão 2.0 ou superior;
 - alimentação elétrica via interface USB sem o uso de fonte de alimentação externa;
 - compatibilidade com os sistemas operacionais Windows XP Profissional, 7 ou mais recente.
- D) REQUISITOS MÍNIMOS PARA O DISPOSITIVO BOROSCÓPIO (a ser utilizado na captura das numerações de motores de difícil acesso)

- Conectividade com plataforma de processamento, SmartPhone ou Tablet;
- compatibilidade para integração com o ambiente do sistema;
- imagens de, no mínimo, 1.600 x 1.024 pixels;

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE MUNICÍPIOS A SER DISPONIBILIZADO OS SERVIÇOS DE VISTORIA VEICULAR AO DETRAN-PB PELA ECV INTERESSADA

1. A presente especificação relaciona as cidades, que deverão ser atendidas pelas credenciadas de acordo com os municípios escolhidos pelas mesmas.

GRUPO 1

CIDADE
João Pessoa
Santa Rita
Bayeux
Cabedelo
Alhandra

GRUPO 2

CIDADE
Campina Grande
Guarabira
Mamanguape
Monteiro
Esperança
Cabaceiras

GRUPO 3

CIDADE
Patos
Sousa
São Bento
Cajazeiras
Catolé do Rocha
Pombal

GRUPO 4

CIDADE
Solania
Bananeiras
Araruna
Picuí

GRUPO 5

CIDADE
Belém
Lagoa de dentro
Aracagi
Itabaiana

GRUPO 6

CIDADE
Piancó
Itaporanga
Conceição
Princesa Isabel

Junta Comercial do Estado da Paraíba

PORTARIA JUCEP Nº 022/2019

João Pessoa, 10 de outubro de 2019.

O Presidente da Junta Comercial do Estado da Paraíba, o Sr. SIMÃO DE ALMEIDA NETO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DECRETO ESTADUAL Nº 26.808/2006, artigo 7º, inciso XXIV, observada as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa DREI 17/2013, bem como o que consta no Processo Administrativo 19/049074-8, e após devido exame pela Procuradoria Jurídica desta Autarquia

RESOLVE,

Conceder a matrícula n.º 22 de LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, para o Sr. EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

PORTARIA JUCEP Nº 023/2019

João Pessoa, 11 de outubro de 2019.

O Presidente da Junta Comercial do Estado da Paraíba, o Sr. SIMÃO DE ALMEIDA NETO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DECRETO ESTADUAL Nº 26.808/2006, artigo 7º, inciso XXIV, observada as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa DREI 17/2013, bem como o que consta no Processo Administrativo 19/049074-8, e após devido exame pela Procuradoria Jurídica desta Autarquia

RESOLVE,
Conceder a matrícula n.º 23 de LEILOEIRA OFICIAL, para o Sr. SAMARA BARBOSA ARAÚJO.
Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Simão de Almeida Neto
SIMÃO DE ALMEIDA NETO
Presidente da JUCEP

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba

Portaria n.º 124/2019-GCG/QCG

João Pessoa-PB, 11 de outubro de 2019.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Art. 13 do Regulamento de Competência dos Órgãos da PMPB, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 7.505, de 03 de fevereiro de 1978, em conformidade com o art. 8º, da Lei n.º 8.443/2007,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Militar Estadual abaixo referenciado como Gestor dos Contratos N.º 0055/2019 - FUNESBOM, N.º 0056/2019 - FUNESBOM, N.º 0057/2019 - FUNESBOM e N.º 0058/2019 - FUNESBOM, conforme quadro abaixo:

1º TEN QOBM Matrícula 527.307-2 ERICK JORDAN LIBANIO DOS SANTOS.

CONTRATO	CPF	DESCRIÇÃO	CONTRATADA
N.º 0055/2019 - FUNESBOM	096.938.114-02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SALVAMENTO AQUÁTICO - AC	RESGATÉCNICA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE LTDA - ME
N.º 0056/2019 - FUNESBOM			GLOBAL COMERCIAL EIRELI - ME
N.º 0057/2019 - FUNESBOM			REGIS UNIFORMES E COMÉRCIO EIRELI - ME
N.º 0058/2019 - FUNESBOM			FLUTSPUMA ESPUMAS INDUSTRIAIS LTDA - EPP

Art. 2º - Deverá o servidor designado acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto do Art. 67 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e no Art. 5º do Decreto Estadual n.º 30.608 de 25 de agosto de 2009. O gestor deve ainda seguir as recomendações publicadas no Boletim Interno n.º 0186, de 05 de outubro de 2011;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Publique-se e cumpra-se.

Portaria n.º 125/2019-GCG/QCG

João Pessoa-PB, 11 de outubro de 2019.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Art. 13 do Regulamento de Competência dos Órgãos da PMPB, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 7.505, de 03 de fevereiro de 1978, em conformidade com o art. 8º, da Lei n.º 8.443/2007,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Militar Estadual abaixo referenciado como Gestor dos Contratos N.º 0052/2019 - FUNESBOM e N.º 0053/2019 - FUNESBOM, conforme quadro abaixo:

1º SGT BM Matrícula 522.155-2 WALDEMAR FÁBIO OLIVEIRA DE ARRUDA.

CONTRATO	CPF	DESCRIÇÃO	CONTRATADA
N.º 0052/2019 - FUNESBOM	008282.404-50	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APH PARA CONSUMO - ME	GRADUAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME
N.º 0053/2019 - FUNESBOM		AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APH PARA CONSUMO - AC	GRADUAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

Art. 2º - Deverá o servidor designado acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto do Art. 67 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e no Art. 5º do Decreto Estadual n.º 30.608 de 25 de agosto de 2009. O gestor deve ainda seguir as recomendações publicadas no Boletim Interno n.º 0186, de 05 de outubro de 2011;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Publique-se e cumpra-se.

Portaria n.º 126/2019-GCG/QCG

João Pessoa-PB, 11 de outubro de 2019.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Art. 13 do Regulamento de Competência dos Órgãos da PMPB, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 7.505, de 03 de fevereiro de 1978, em conformidade com o art. 8º, da Lei n.º 8.443/2007,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Militar Estadual abaixo referenciado como Gestor dos Contratos N.º 0050/2019 - FUNESBOM e N.º 0051/2019 - FUNESBOM, conforme quadro abaixo:

CAP QOBM Matrícula 525.947-9 ALESSANDRO AMÂNCIO CARNEIRO.

CONTRATO	CPF	DESCRIÇÃO	CONTRATADA
N.º 0050/2019 - FUNESBOM	058.203.484-19	AQUISIÇÃO DE ESTEIRAS ERGOMÉTRICAS - ME	TRG FITNESS LTDA
N.º 0051/2019 - FUNESBOM		AQUISIÇÃO DE ESTEIRAS ERGOMÉTRICAS - AC	TRG FITNESS LTDA

Art. 2º - Deverá o servidor designado acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto do Art. 67 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e no Art. 5º do Decreto Estadual n.º 30.608 de 25 de agosto de 2009. O gestor deve ainda seguir as recomendações publicadas no Boletim Interno n.º 0186, de 05 de outubro de 2011;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Publique-se e cumpra-se.

MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA - CEL BM

Comandante Geral

Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba

PORTARIA N.º 247/2019/GS

João Pessoa, 07 de outubro de 2019.

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA - SUPLAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda de conformidade com as disposições contidas na Resolução 40/90, de 28 de agosto de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir uma Comissão integrada pelo Engenheiro Civil ISRAEL IARLEY LIBERATO DA COSTA, Matrícula n.º 770.318-0, inscrito no CPF sob o n.º 853.460.474-68, CREA n.º 160.348.679-8, Gerente Regional de Campina Grande; pelo Engenheiro Civil LOURIVAL REIS JUNIOR, CREA n.º 161.038.333-8, a disposição da SUPLAN de Campina Grande/PB; HÉLIO ARAÚJO ALMEIDA JÚNIOR, CREA n.º 160.167.664-6, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Recebimento Definitivo da obra de PAVIMENTAÇÃO DE VÁRIAS RUAS NO LOTEAMENTO MUTIRÃO DO SERROTÃO III, EM CAMPINA GRANDE/PB, objeto do Contrato PJU n.º 15/2019, firmado com a CBA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, conforme solicitação emanada da Gerência Regional de Campina Grande desta Autarquia, por meio do Memorando n.º 808/2019-SUPLAN/GRCG.

Art. 2º - A Comissão ora constituída deverá vistoriar as obras para verificar se os serviços foram executados em conformidade com o contrato, em especial quanto à perfeita execução do projeto. Havendo desconformidades, o fato deverá ser imediatamente informado ao Chefe de Divisão ou Gerente, para adoção das medidas necessárias à correção das falhas.

Art. 3º - Deverá ainda, apresentar termo de recebimento dos serviços executados até o momento, acompanhado de relatório escrito e fotográfico realizado por ocasião da vistoria, das referidas obras e/ou serviços executados no prazo máximo de 15 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Termo de recebimento executados até o momento da obra deverá ser anexado ao processo relativo à obra, com cópia para a Pasta de Pagamento, para efeito de contagem dos prazos e levantamentos das quantias caucionadas.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor a partir data de publicação.

PORTARIA N.º 254/2019/GS

João Pessoa, 14 de outubro de 2019.

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA - SUPLAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda de conformidade com as disposições contidas na Resolução 40/90, de 28 de agosto de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir uma Comissão integrada pelo Engenheiro Civil JOSÉ HERBERT PALITOT, inscrito no CPF sob o n.º 288.079.364-53, CREA n.º 160.198.045-0, Matrícula n.º 750.512-4 Engenheiro Civil ALBERTO DA MATA RIBEIRO, inscrito no CPF sob o n.º 161.357.254-91, CREA n.º 160.323.244-3, Matrícula n.º 750.517-5 e pelo Engenheiro Civil JOSÉ JUSTINO DE PAIVA FILHO, inscrito no CPF sob o n.º 139.247.024-20, CREA n.º 160.197.915-0, Matrícula 612.256-6, todos pertencentes ao quadro de pessoal desta Autarquia, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Recebimento Definitivo da Obra de CONCLUSÃO DAS OBRAS CIVIS, AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO CENTRO DE CONVENÇÕES DE JOÃO PESSOA/PB, objeto do Contrato PJU n.º 0081/2013, firmado com a VIA ENGENHARIA S.A. (Processo Administrativo SUPLAN N.º 2709/2013).

Art. 2º - A Comissão ora constituída deverá vistoriar as obras para verificar se os serviços foram executados em conformidade com o contrato, em especial quanto à perfeita execução do projeto. Havendo desconformidades, o fato deverá ser imediatamente informado ao Chefe de Divisão ou Gerente, para adoção das medidas necessárias à correção das falhas.

Art. 3º - Deverá ainda, apresentar termo de recebimento definitivo, acompanhado de relatório escrito e fotográfico realizado por ocasião da vistoria, das referidas obras e/ou serviços executados no prazo máximo de 15 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Termo de recebimento definitivo da obra deverá ser anexado ao processo relativo à obra, com cópia para a Pasta de Pagamento, para efeito de contagem dos prazos e levantamentos das quantias caucionadas.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor a partir data de publicação.

PORTARIA N.º 250/2019/GS

João Pessoa, 09 de outubro de 2019.

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA - SUPLAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda de conformidade com as disposições contidas na Resolução 40/90, de 28 de agosto de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir uma Comissão integrada pelo Engenheiro Civil ISRAEL IARLEY LIBERATO DA COSTA, Matrícula n.º 770.318-0, inscrito no CPF sob o n.º 853.460.474-68, CREA n.º 160.348.679-8, Gerente Regional de Campina Grande; pelo Engenheiro Civil LOURIVAL REIS JUNIOR, CREA n.º 161.038.333-8, a disposição da SUPLAN de Campina Grande/PB; HÉLIO ARAÚJO ALMEIDA JÚNIOR, CREA n.º 160.167.664-6, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Recebimento Definitivo da obra de PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE ALCANTIL/PB, objeto do Contrato PJU n.º 02/2019, firmado com a CONSTRUTORA AZEVEDO LTDA, conforme solicitação emanada da Gerência Regional de Campina Grande desta Autarquia, por meio do Memorando n.º 807/2019-SUPLAN/GRCG.

Art. 2º - A Comissão ora constituída deverá vistoriar as obras para verificar se os serviços foram executados em conformidade com o contrato, em especial quanto à perfeita execução do projeto. Havendo desconformidades, o fato deverá ser imediatamente informado ao Chefe de Divisão ou Gerente, para adoção das medidas necessárias à correção das falhas.

Art. 3º - Deverá ainda, apresentar termo de recebimento dos serviços executados até o momento, acompanhado de relatório escrito e fotográfico realizado por ocasião da vistoria, das referidas obras e/ou serviços executados no prazo máximo de 15 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Termo de recebimento executados até o momento da obra deverá ser anexado ao processo relativo à obra, com cópia para a Pasta de Pagamento, para efeito de contagem dos prazos e levantamentos das quantias caucionadas.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor a partir data de publicação